



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 3 DE NOVEMBRO DE 1998

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhor Ministro Edward Amadeo; Senhores Ministros; Senhora Ministra; Senhores Parlamentares que nos dão a honra da presença; Senhores líderes sindicais, Luiz Antônio Medeiros e Paulo Pereira da Silva; Demais líderes sindicais aqui presentes; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

Estamos, hoje, cumprindo um compromisso antigo de, por um lado, renovação das relações trabalhistas e, por outro lado, atenção especial a dois aspectos fundamentais na questão do emprego no Brasil. Um, o mais doloroso: haver-mo-nos com a questão de desemprego de longa duração. O outro, mais auspicioso, dando seqüência ao que disse, há poucas semanas, durante a campanha eleitoral, sobre a criação de novas oportunidades para o primeiro emprego. E, também, a modificação das relações de trabalho, de tal maneira que seja possível permanecerem trabalhadores com o seu contrato de trabalho suspenso, permanecerem não apenas na fábrica, mas se capacitando para que possam obter colocações de uma maneira mais adequada.

Quando, no dia 23 de setembro, este ano, no Palácio Itamaraty, eu disse ao Brasil que, a despeito de todos os nossos esforços – e em plena campanha eleitoral – e que, uma vez eleito, eu teria que tomar medidas que seriam difíceis, dada a conjuntura internacional e seus reflexos sobre o Brasil, eu não o disse com o sentido de que nós perdêssemos o rumo nem o ânimo.

E, no primeiro pronunciamento que fiz, depois de reeleito, reafirmei que tomaria as decisões necessárias, para que o Brasil pudesse, mais uma vez, resistir aos ataques especulativos e fazer com que sua economia se mantivesse no rumo correto, a despeito das dificuldades da economia internacional. E que nós iríamos tomar essas medidas com esse propósito. Disse, também, que quaisquer medidas tomadas levariam em conta, sempre, a situação dos brasileiros. E que não deixaria de olhar para, por um lado, os mais pobres, por outro lado os que mais necessitavam de proteção.

Os senhores e as senhoras sabem que enviamos algumas medidas ao Congresso Nacional e têm conhecimento de outras que já tomamos, no que diz respeito a esse programa de ajuste fiscal. Viram que essa preocupação se manteve. É neste mesmo quadro de preocupação que nós, hoje, estamos apresentando essas novas medidas, na área do trabalho, para demonstrar, claramente, que o Governo se sente responsável e solidário com os brasileiros, nesses momentos de dificuldades da nossa economia e da nossa sociedade. Mas, sobretudo, para mostrar que o Governo acredita, e acredita firmemente, que nós temos condições – nós, eu digo, não é o Governo, é o País – de ultrapassar essas situações de dificuldades.

Não sou daqueles – e nunca fui – que se rendem à primeira dificuldade. Se assim fosse, nós não teríamos um plano de combate à inflação – chamado Plano Real – lá atrás, quando se chama, ainda, FHC. Porque, naquele momento, tudo era dificuldade e muito poucos acreditavam que fosse possível superar a inflação. Não fosse assim, nós não teríamos agüentado, depois, as conseqüências da crise do México, em 1995, que foram duras. Nem, tampouco, a crise do ano passado, de outubro de 97.

Agora, mais uma vez, estamos enfrentando dificuldades, com firmeza, com tranqüilidade mas, também, com esperança, esperança de que

seremos capazes de ultrapassar essas dificuldades. Neste momento, o Governo não quer, de forma alguma, concentrar seus esforços apenas na questão relativa à estabilidade. Ele tem que continuar, e com mais vigor ainda, nos seus demais programas.

Saúdo, portanto, a iniciativa do Ministro do Trabalho. Inclusive no que diz respeito a mostrar que nós continuamos dispostos a renovar as relações de trabalho no Brasil, dando mais força aos sindicatos realmente autônomos, e a criar condições para que, nos momentos de ajustes necessários, a força de trabalho não sofra danos que venham a ser irreparáveis.

Devo dizer que essas medidas foram feitas não sem que o Ministro do Trabalho e eu próprio tivéssemos recebido lideranças sindicais, como as aqui presentes, e outras mais. E tenho certeza de que algumas dessas medidas são medidas que, tradicionalmente, vinham sendo defendidas pelas centrais sindicais, inclusive pela CUT, que eu espero que, dessa vez, diga “sim”, em vez de, simplesmente, dizer que quer dialogar e, na hora de votar, votar “não”.

Nós estamos abertos ao diálogo – sempre estivemos – construtivo. Diálogo construtivo não quer dizer diálogo para apoiar o que o Governo deseja. Quer dizer dar saídas para o Brasil. Encontrar saídas, as melhores possíveis.

Tenho a convicção de que o Congresso Nacional – e aqui há muitos parlamentares – não falhará ao Brasil, como nunca falhou, nesses vários momentos de dificuldade. Devo dizer que, na crise de 97, eu fui, em seguida, à Inglaterra, em dezembro, e afirmei perante um grupo seletivo de ingleses, umas 400 pessoas, que, naquela semana, o Congresso votaria as medidas necessárias. E votou. Isso teve um efeito extraordinário na recuperação do Brasil.

Agora, de novo. Neste momento, a possibilidade de nós andarmos mais depressa está, outra vez, nas mãos do Congresso Nacional. E isso começa a partir de amanhã – a partir de amanhã.

Eu quero deixar bem claro para o País: nós estamos pedindo que o Congresso termine a votação da reforma da Previdência. E ali são três chamados DVs – Destaque de Votação em Separado. Porque eu acho

que, se a oposição pensasse no Brasil, retiraria os DVSs, porque o que ali se pede é, simplesmente, o seguinte: que seja mantida como idade mínima de aposentadoria do funcionalismo público 55 anos para as mulheres e 60 para os homens.

Aqui, estou falando diante de sindicalistas do setor privado, que sabem que no setor privado nunca se aposenta com menos do que isso – nunca. E, portanto, não há razão para transformar privilégio em direito. Privilégio não é direito. É privilégio. E quando é feito um privilégio dessa forma, outros pagam. E quem paga, neste momento, é o setor privado. São os trabalhadores, são os empresários, são aqueles todos que não são beneficiários dessas medidas, que apenas beneficiam o setor público, o qual tem todo o direito de uma aposentadoria justa e plena. Mas o que se pede é que a idade tenha esse limite. E mais: propõe-se, nesse DVS, que haja uma fase de transição, de tal maneira que aqueles que já tenham trabalhado, sendo mulheres, 48 anos, e os homens, 53, tenham uma possibilidade de se aposentar mais cedo, havendo uma adaptação.

E o mínimo que se pode pedir ao Congresso é que o Congresso entenda isso. Neste momento, é o mínimo. Tenho certeza de que os próprios funcionários se sentirão mais orgulhosos de estarem, amanhã, melhor remunerados, porque serão menos pesados para a Previdência, e mais ainda nesse momento, em que o Brasil todo depende dessas questões e o mundo todo está olhando para essas questões, porque sabe que ou nós resolvemos esse tipo de crise estrutural, sobretudo da Previdência, ou não teremos como enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Queiram os atrasados ou não, as economias são interligadas. E, sendo interligadas, nós sofremos os efeitos das percepções – ainda que sejam equivocadas muitas vezes – que de nós fazem pelo mundo afora.

Então, é uma responsabilidade imensa que está nas mãos do Congresso.

Em relação ao Governo, estamos fazendo todos os esforços, como ainda hoje, para seguir adiante – e vamos seguir – no rumo da transformação do Brasil, na crença no Brasil. E tenho a certeza e a esperança de que o Congresso não venha a postergar votações e de que nós possamos também, terminadas as negociações que estamos fazendo, em nível in-

ternacional, tendo já passado a crise mais aguda, que foi em setembro, seguir adiante com medidas extremamente austeras na gestão da coisa pública, para que possamos baixar as taxas de juros. E os empresários que aqui estão, e os trabalhadores também, sabem que o País não pode conviver com taxas de juros desse nível, sob pena de todos nós pagarmos um preço muito alto.

Pois bem, não é decisão do Governo que resolve a taxa de juros. O Governo decidiu, no ano passado, neste ano, e baixou significativamente, até que chega o momento em que o mercado não aceita a taxa de juros e não rola a dívida. É uma ilusão pensar que a vontade política do Presidente resolve isso. Se resolvesse, eu assinaria aqui um decreto baixando para zero a taxa de juros ou 1%, para não sermos tão radicais. Não obstante, se eu fizesse isso, apenas teria uma gargalhada universal e uma recusa imediata daqueles que têm os recursos para emprestar ao Governo, que deve 50 bilhões, a cada ano, basicamente da Previdência, e diriam que não iam rolar as dívidas e haveria uma explosão inflacionária no Brasil.

Então, aqueles que, de boa-fé, até hoje dizem: “É preciso uma outra política. É preciso baixar a taxa de juros”, não percebem que, para baixar a taxa de juros é preciso fazer as reformas. Este é o nó da questão. É ilusório pensar outra coisa. Todos queremos a mesma coisa: maiores taxas de crescimento, menores taxas de juros. E porque queremos menores taxas de juros e maiores taxas de crescimento, porque queremos isso, precisamos das reformas. É tão simples de entender isso que não há um brasileiro que possa não entender. E aqueles que não entendem, não o entendem por razões de política e não por razões de interesse nacional. Perdoem-me por dizer dessa maneira direta, mas é verdade. Porque o resto é girar em círculo, é dizer: “É preciso crescer a economia e é preciso baixar a taxa de juros.” Sim, é preciso mas, para tanto, nós temos que reduzir o déficit. E, para reduzir o déficit, temos que tomar as medidas que estão no Congresso. Tenho confiança que o Congresso irá tomá-las.

Eu peço que me desculpem por ter dado essa explicação, um pouco mais ampla, para mostrar porque é importante, nesse momento, ao

mesmo tempo tomarmos as medidas que estamos tomando, não porque nós estejamos nos conformando em termos desempregados de 12 meses, porque estes têm o recurso para sobreviver. Não é objetivo de nenhuma sociedade ter desempregados com recurso. O objetivo da sociedade é ter as pessoas empregadas. Isto é emergencial. Fazemos a emergência porque é nosso dever de solidariedade.

Mas a melhor maneira de nós, efetivamente, sermos solidários com os que estão desempregados é criando condições para o Brasil crescer, é baixando as taxas de juros, é tendo condições de aumentar a poupança. É, portanto, fazendo as reformas.

Isso é inescapável. E as reformas não vão parar aí. O Ministro Amadeo acaba de, por exemplo, propor uma nova reforma, que é histórica, do ponto de vista da transformação da relação entre os trabalhadores e os sindicatos, e também das relações trabalhistas, no que diz respeito à Justiça do Trabalho, no Brasil.

A hora, portanto, não é de recuo. A hora não é de negações, a hora não é de espertezas, a hora não é de palavras vazias de quem diz: “Sou contra o ajuste fiscal.” É contra por quê? É a favor do que, então? Se não disser do que é a favor, e também não me venham dizer palavras vagas: “Sou a favor de baixar os juros e aumentar o crescimento”, porque isso é demagogia, se não nos dão os instrumentos para tal. A hora não é disso. A hora, realmente, é de entendermos a situação e de estarmos juntos, nesse movimento de transformação.

E eu percebo, com alegria, que uma boa parte dos trabalhadores brasileiros, sobretudo do setor privado, compreende. E, em vez de estarem numa posição corporativista, estreita, ou utilizando “politicamente” como se isso desse algum proveito, esquecendo-se os que assim pensam de que fui reeleito no primeiro turno tendo dito tudo que estou dizendo aqui, agora, em vez de ficarem nessa posição, ao contrário, setores sindicais importantes estão entendendo o momento do Brasil e estão dispostos a dar os passos necessários para essas transformações. O que me enche, naturalmente, de entusiasmo, mais ainda, é a minha convicção de que nós vamos superar essas dificuldades. Retomaremos as taxas de crescimento.

Não sou dos que acreditam em recessão. Eu disse isso em 97 – vejam o que aconteceu em 97 – eu disse isso em outubro de 97. Quando foram calcular quanto cresceu, em 97, o Brasil, deu 3,67%. Agora, as “cassandras” de sempre, sobretudo os opiniáticos internacionais, ditam cifras a torto e a direito, do que tem que fazer, não tem que fazer, vai crescer, não vai crescer. Vamos ver, depois.

A nossa obrigação não é de fazer prognósticos, é de transformar a realidade e criar condições para que os diagnósticos pessimistas fiquem sufocados neles próprios, e para que nós possamos ter, isso sim, motivação e esperança, porque este país tem muita vitalidade e não vai esmorecer. Vamos continuar seguindo adiante, seguindo no nosso rumo.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras.